

ANTONIO CARLOS VILLAÇA (1928/2005)
BIBLIOGRAFIA E ESTUDOS CRITICOS



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
DO PENSAMENTO BRASILEIRO**

2 0 1 0

SUMÁRIO

BIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA

DEPOIMENTOS AUTOBIOGRÁFICOS

ESTUDOS CRÍTICOS

- A tristeza de não poder ser um santo - Carlos Menezes
- Viagem ao redor da biblioteca - Paulo Amador
- O pensamento católico no Brasil - Ubiratan Machado
- O pensamento católico na visão de Villaça - Antonio Paim

BIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA

Nasceu no Rio de Janeiro, a 31 de agosto de 1928. Fez estudos de humanidades no Instituto Lafayette e de direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Tentou sem sucesso seguir a carreira sacerdotal, ingressando sucessivamente na Ordem de São Bento, na Ordem dos Dominicanos e em seminário secular. Em que pese não haja revelado vocação para aquele mister, tornou-se destacado representante do pensamento católico brasileiro, com grande atuação no Centro Dom Vital, ao tempo em era dirigido por Alceu Amoroso Lima. Durante muitos anos escreveu sobre assuntos religiosos no Jornal do Brasil. Simultaneamente ganhou reconhecida nomeada como crítico literário. Foi eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1984. Foi membro da Academia Brasileira de Arte, a partir de 1982, e da Academia Brasileira de Filosofia, desde sua fundação, em 1989. Foi também vice-presidente do Pen Clube, escolhido em 1976 e sucessivamente reeleito. Faleceu a 28 de maio de 2005.

Bibliografia:

Perfil de um estadista da república; ensaio biográfico do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro : Edição do Autor, 1945. 138 p.

Junqueira Freire. Rio de Janeiro : Agir, 1962. 87 p. il. (Nossos Clássicos, 66).

O nariz do morto. Rio de Janeiro : J.M.C., 1970. 261 p.

_____. 2. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1975.

_____. 3. ed. Rio de Janeiro : Ediouro, 1990.

O anel. Rio de Janeiro : Ed. Rio, 1972. 210 p.

Encontros. Brasília : Ed. Brasília, 1974. 103 p. (Coleção literatura).

História da questão religiosa. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1974. 177 p.

O livro de Antonio. Rio de Janeiro : José Olympio, 1974. 183 p.

Monsenhor. Rio de Janeiro : Ed. Brasília, 1975. 127 p. (Coleção literatura).

O pensamento católico no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1975. 205 p. (Coleção panorama cultural brasileiro).

Temas e voltas. Rio de Janeiro : Hachette, 1975. 122 p. (Coleção Brasil sempre).

Literatura e vida. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1976. 184 p.

Místicos, filósofos e poetas. Rio de Janeiro : Imago, 1976. 150 p.

Rui, sua casa e seus livros, o ninho da Águia. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

O Senador Cândido Mendes. Rio de Janeiro : EDUCAM/Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1981. 96 p.

O desafio da liberdade : a vida de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro : Agir, 1983. 246 p.

Manuel Bandeira. Rio de Janeiro : Agir, 1984.

A descoberta do morro. Belo horizonte : Vigília, 1984.

_____. 2. ed. 1985.

Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro : Agir, 1985. 165 p. (Nossos clássicos, 112).

O duelo com o ser. Rio de Janeiro : Tagore, 1992.

Os seios de Jandira. Rio de Janeiro : Tagore, 1993. (Obra em co-autoria).

Estudos para cada um dos romances de José Lins do Rego. Rio de Janeiro : José Olympio, 1994.

Degustação : memórias. Rio de Janeiro : José Olympio, 1994. 108 p.

Os saltimbancos da Porciúncula. Rio de Janeiro : Record, 1996. 140 p.

Estudos sobre o autor:

AMADOR, Paulo. Viagem ao redor da biblioteca. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 out. 1994. Idéias/Livros.

MARINHO, Beatriz. A fé é o diálogo com a transcendência. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 out. 1988. Cultura, p. 1-3. Entrevista.

LIPPMANN, Hanns Ludwing. Subsídios para uma matateoria do pensamento católico no Brasil. Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 4. n. 12. p. 3-5, jan./mar. 1980.

MENEZES, Carlos. A tristeza de não poder ser um santo. O Globo, Rio de Janeiro, 30 abr. 1990. p. 6.

ORSINI, Elisabeth. As memórias de um saltimbanco. O Globo, Rio de Janeiro, 09 abr. 1995. p. 5. Entrevista.

PAIM, Antonio. O conflito entre razão e fé na obra de Villaça. Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v. 23. n. 90. p. 186-189. abr./jun. 1973.

PAIM, Antonio. O estudo do pensamento filosófico brasileiro. 2. ed. São Paulo : Convívio, 1976. p. 119-124.

DEPOIMENTOS AUTOBIOGRÁFICOS

1. ENTREVISTA A BEATRIZ MARINHO: "A fé e o diálogo com a transcendência"

A longa barba branca caindo sobre o terno preto, tendo no fundo a imensa estante que parece saída de um sonho de Jorge Luís Borges, ele é uma mistura de Chesterton e D. Pedro I. Seu rosto rosado de criança se ilumina num sorriso, ao dizer que está apenas citando José Américo de Almeida, ao falar do segredo da longevidade: "São quatro coisas: comer muito peixe, não comer nunca fritura, andar a pé (o coração está no calcanhar) e nunca se aborrecer". Antonio Carlos Villaça fez 60 anos e diz estar na "fase caçula", como afirmava Júlio Dantas. E confessa francamente, entre boas risadas, que não segue nenhum daqueles conselhos para viver muito: seus 140 quilos são a prova de que come de tudo, à hora incerta e com um prazer extraordinário.

A memória é invejável: lembra de datas, nomes de amigos e de vizinhos, a comida que comeu e a que apenas viu na mesa alheia. Contempla da janela o Aterro do Flamengo, fugindo com os olhos das pilhas de papel em sua mesa. Seu projeto principal no momento é terminar *Degustações*, um livro de lembranças e gulodices, para que ele seja tão bem recebido pela crítica quanto seu primeiro romance, *O Nariz do Morto*. Com uma jarra de suco de maracujá e um pacote de biscoitos à mão, prepara-se alegremente para falar do passado e do futuro, da própria vida e da vida dos outros, se for o caso.

Você é descendente longínquo de Ramalho Ortigão. Em que este parentesco distante incentivou o escritor Antonio Carlos Vilaça?

Essa é só uma circunstância da qual muito me orgulho, mas que não teve certamente outro significado em minha trajetória de escritor, que não o da

curiosidade. Livros para mim sempre representaram prazer e refúgio, armadura contra a vida, mesmo quando eu ainda não sabia deste parentesco remoto. Ramalho Ortigão, o escritor, era irmão de meu bisavô, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, futuro comerciante, natural do Porto, de onde emigrou para o Brasil aos 12 anos de idade. O pai tinha um pequeno colégio onde estudaram Eça de Queiroz e meu tio-bisavô, advindo daí a grande amizade que os uniu toda a vida. Muito mais tarde, rico comerciante no Brasil, meu bisavô levou ao Rio o famoso irmão-escritor para a inauguração do Real Gabinete Português de Leitura, onde à direita da entrada, por sinal, há um busto em sua homenagem.

Curiosidades como essas florescem sua história familiar, que é bastante literária e povoada de personagens da história do Brasil. Fale dela.

O Rio de Janeiro da época de meu bisavô - meados do século XIX - apesar de ser a Corte era uma cidade pequena, acanhada, provinciana. Relação com uma família importante acabava sendo uma espécie de passaporte para acesso a todo o resto da nobreza e com ele não foi diferente. Chegou ao Rio em 1856 e trabalhou duramente numa casa exportadora de café onde também morava, como se fosse colégio interno. Aos 20 anos, já era o rico sócio da empresa e detentor da integral confiança dos antigos patrões. Aos 25 anos, casou com a filha de Souza Barros, Barão do Rio Novo, família carioca dos primeiros tempos de fundação da cidade. Fora almoçar na casa do Barão para escolher noiva entre as duas moças solteiras da casa, mas apaixonou-se pela terceira filha do nobre, já viúva e ex-cunhada do Duque de Caxias e do Visconde de Tocantins, cuja filha, aliás, era o caso do barão do Rio Branco, num dos grandes potins do Império. D. Rita não queria casar. Tinha 48 anos quando nasci e era uma jovem senhora gorda, como gordo sou hoje solitária e triste depois de abandonada pelo marido. Devo a ela a própria vida e, portanto, o destino de escritor. Quando nasci na casa de saúde de São Jose, em botafogo, fui largado numa mesa de mármore como morto, porque não chorei. Estava lá entregue a mim mesmo, marcado a forceps na testa, quando ela me

contemplou e percebeu que mexia os lábios. Chamou os médicos que me bateram e eu chorei. Morreu com 56 anos. Graças a ela, não fui para o calor eterno mais cedo.

A vocação religiosa foi prematura em você?

Cresci na Tijuca, bairro pelo qual vaguei com a família em residências diversas até os 20 anos e onde estudei em colégios pouco significativos. Era um solitário precoce, e os livros aos quais tinha acesso me defendiam da vida e de mim mesmo. Aos 20 anos senti com pesar que nem eles mais eram suficientes. Tinha um grande amigo de escola, o atual ministro do Supremo, Célio Borja, para quem antevia um destino político semelhante ao de Getúlio, que um dia me levou ao Mosteiro de São Bento. Da mesma forma que o apresentei à casa Rui Barbosa e à Academia Brasileira de Letras. Fiquei algum tempo entre as pesadas paredes do Mosteiro, defendendo-me dos duendes da vida, mas também aí não me encontrei. Era muito ingênuo, não tinha qualquer experiência. Conversava longamente com D. Basílio Penido, atualmente com 74 anos e presidente da Congregação Beneditina de Brasília, uma inteligência instantânea, fisicamente muito parecido com Santo Agostinho, e cometi a imprudência de voltar. Fui mimado, pageado, até me integrar aquela espécie de caserna. Lá fiquei e me impressionavam os "ritos litúrgicos" do mosteiro. Emagreci, tive uma grande crise existencial, tentei me abrir nas confissões mas o tom era sempre impessoal. Queria falar de mim, mas recomendavam-me a leitura de Santo Agostinho. À minha maneira, de qualquer forma, estabeleci laços definitivos com a Igreja.

A vida cá fora, a política particularmente, não o atraia?

Neste tempo eu pendia mais para o literário, para o bacharelismo liberal, já estudante do curso de direito da PUC/Rio de Janeiro, RJ, que fiz até o segundo ano, num tempo em que a Faculdade era do grupo livreiro e não apenas do político ou jurídico. Tinha atração pela palavra como desafio e nesse sentido a vida política

era um chamariz. Mas as personalidades que já faziam a minha cabeça eram Jacques Maritain e Tristão de Athayde, por causa de quem, inclusive, aproximei-me do Centro D. Vital, que era a ponta-de-lança do catolicismo brasileiro, centro de renovação litúrgica da ação católica de Pio XI. Era um grande confuso, sem preparo ou profundidade espiritual para a vida monástica na qual, de qualquer forma, estava inserido. Gostava da biblioteca onde não podia ficar o tempo integral que me agradaria. Saí, mas a ruptura me fez melancólico. Liguei-me ao verso de Drumond: "E agora José?" Entre um conflito e outro, acompanhei a redemocratização em 1945, a Constituinte, a saída de Prestes da cadeia, seu discurso no Pacaembu, aquela oratória *sacadê*, sem talento, que no ritmo me lembrava a do padre Leonel Franca. Foi minha fase de simpatia udenista, da literatura dos artigos de Tristão de Athayde.

A Igreja da época dava algum sinal das mudanças políticas que anexaria mais tarde a rotina religiosa?

O Mosteiro de São Bento era todo voltado para a liturgia e isso não mudou com o tempo. No Convento dos Dominicanos das Perdizes, porém, as coisas eram diferentes. Liam-se as *Memórias de Churchill*, o que era inusitado para um ambiente tipicamente religioso dos anos 50. Havia no ar uma abertura para a esquerda que se concretizou anos mais tarde. Fascínio que se encarnava, aliás na figura de frei Benevenuto de Santa Cruz, representante do movimento do padre Lebret no Brasil. Lebret, uma figura importante na história moderna da Igreja, era um bretão que veio ao Brasil fazer pesquisa sócio-econômicas a convite do então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, e se hospedou no convento. Levava a vida a sério e ninguém para mim, tão bem quanto ele, ilustrou as palavras de Gilberto Amado: "O segredo da vida é concluir a tarefa". Parecia um místico imerso nas pesquisas, mas não lhe faltava substância religiosa. Havia efervescência naquela catolicismo vanguardista, cuja falta é talvez a crítica mais séria que podemos fazer hoje aos seus sucessores, à Teologia da Libertação. Nas

Perdizes detestava-se, por exemplo, o catolicismo rotineiro, convencional, porque ali só se buscavam a ação, a prática, o diálogo com o mundo. Tudo o que o Vaticano II, em 1965, revelou na matéria já estava lá pelo menos dez anos antes.

Como você se situava entre esses dois extremos?

Confuso, procurando um caminho que realmente parecesse o mais verdadeiro. Buscava a vida contemplativa, que amava, mas não a encontrei nem no Mosteiro supostamente mais identificado com ela nem nas Perdizes. Hoje, acho que o que me tirou das Perdizes e mesmo de São Bento foi o excesso de ação. Suspeitava na época, e hoje tenho convicção cada vez maior, de que a grande e específica força da igreja ou de qualquer religião transcendentalista é a contemplação, a fidelidade profunda e cotidiana a esse valor, sem o qual não há vida religiosa. Os aspectos políticos e sociais são importantes sim, mas não podem ser hipervalorizados em detrimento daquela essência. Igreja é, antes de tudo, o diálogo com a transcendência. Apesar disso, em São Paulo, li muito Santo Tomás de Aquino e o padre Garrigou-Lagrange, ex-orientador espiritual de João Paulo II em suas teses de doutorado. Sou um contemplativo do sentido que propõe Santo Tomás de Aquino, e que me seduz há quarenta anos, desde que o li pela primeira vez: "contemplar e dar aos outros o frutos da contemplação". Essa é a grande missão cristã-religiosa.

Quando você percebeu que a vida monástica não era mesmo o seu destino?

Depois que voltei de São Paulo e passei um ano no Seminário do Rio Comprido, em 1954. Os sintomas, no entanto, eram anteriores e revelavam-se em crises existenciais que pareciam intermináveis. Tive mestres admiráveis em São Bento, como D. Martinho Michler, que me impunha a regra de São Bento, numa visão liturgizante, objetiva, impregnada da teologia de Casel, cujo livro *O ministério do culto* tanto me impressionou. Meu mestre nas Perdizes foi o atual bispo de

Uberlândia, D. Estevão Cardoso de Avelar, até hoje muito voltado para a política. No convento, descobri S. João da Cruz em sua poesia despojada e sensual, cujo desejo difuso de Deus me atraía: "Não ser nada, não ter nada, para ter tudo". Apesar disso, mergulhei numa crise existencial da qual custei a me recuperar já que achava que ser padre era mesmo o meu destino. Saí da vida religiosa oficial um pouco sob a batuta do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, rigoroso, frio, pontual, jesuíta da mais pura observância, a quem retratei na minha primeira novela, "*O nariz do Morto*", premiada pela Câmara Brasileira do Livro. Desertei ao sentir que meu caminho era a literatura, que minha urgência era a da palavra. A verdade sim, mas aquele expressa esteticamente. Desde essa época, tenho tentado transmitir um pouco desta contemplação que vai de Maritain a Thomaz Merton, de Charles de Faucould a Leuret. O ano de 1954 representou o fim de minha crise mística e virei "o navegador solitário" de quem Alceu Amoroso Lima falava tanto ao descrever a si próprio. A partir daí escrevi mais de dois mil artigos para todos os grandes jornais do Rio, traduzi, viajei, tornei-me um ensaísta, memorialista, crítico, cronista. Viajei aos Estados Unidos e encontrei Maritain doente, em Princeton e, mais tarde, na Suíça. Estive com Thomas Merton, entre os trapistas do mosteiro Gethsemani, no Kentucky, vi-o entoar os salmos. Estive na Europa, morei sucessivamente em Lisboa, Paris, Roma e Suíça. Quando voltei, acabei de retomar *O Nariz do Morto*, que ainda ficou cinco anos na gaveta e só foi publicado pelo interesse de Lélia Coelho Frota e do editor Joaquim Campelo Marques: era a minha catarse.

Você é sempre situado como um pensador católico na genealogia de Alceu Amoroso Lima ou Gustavo Corsão, e parece não gostar disso por que?

Porque não é verdade. Sou um pensador e católico sem dúvida, tenho também pontos de convergência e divergência com Alceu e Corsão, mas jamais me senti como um continuador da palavra ou da obra de um ou de outro. A menção me desagrada porque não é toda verdadeira.

Você, de qualquer forma, conviveu com esses dois pensadores e foi influenciado por ambos. Poderia estabelecer paralelos entre um e outro?

Alceu era jovial, prolixo, mas incapaz de dar intimidades a quem quer que fosse, a qualquer pretexto. Jamais respondia a críticas, independente de seu grau de virulência. Acho que com Rui Barbosa e Pontes de Miranda constituiu o trio que mais leu no Brasil. Tinha obsessão pela pontualidade, a seu ver a única ditadura a qual um homem precisava submeter-se. Não dominava a forma, contudo, apesar dos mais de quatro mil artigos escritos em 64 anos de atividades. Não era definitivamente um homem de especulação filosófica como Ortega Y Grasset o Julian Marias, mas sim um generalista. Constatei que era sumítico, conforme reconhecia seu próprio cunhado Afrânio Peixoto, e a propósito disso conto histórias hilariantes no *Nariz do Morto*, que ele leu, tenho certeza, mas jamais comentou. Suas influências de juventude eram Eça de Queiróz, Anatole France, Machado de Assis, Barbusse, e tinha também sedução pela esquerda francesa, mas tornou-se adepto de Jackson de Figueiredo nos anos vinte. Foi um homem de direita, mais mudou radicalmente de posição a partir de 1960. Nos anos trinta, contudo, escrevia sobre Mussolini, sobre a burguesia e ali já se pode notar o embrião de sua guinada futura, ratificada em *Mitos dos nossos tempos* (1943) e na própria negativa que deu a Plínio Salgado quando este queria a Ação Integralista Brasileira *abençoada* pelo movimento católico que Alceu liderava. Sua vida pode ser nitidamente dividida em três fases, como bem gostava de quantificar seu espírito socrático até mesmo quando escrevia: primazia das formas ou o domínio da estética; ideologia ou o domínio das idéias; filosofia religiosa e a primazia dos fatos. Era um homem da *belle époque* que viveu intensamente a vida intelectual de seu tempo. Corção teve uma trajetória inversa, vindo da simpatia marxista para a direita, passando do diálogo aberto e da postura risonha da época em que o conheci - 1947, apresentado por Cândido Mendes - para o monólogo. No final da vida era um radical para quem a Igreja "se autodestruía dia-a-dia". Era, no entanto, um

pensamento mais original que o de Alceu, tinha espírito mais filosófico, mais científico e metuculoso, talvez por causa da formação de engenheiro. Na estrita acepção do termo, era sem dúvida mais profundo, embora Alceu fosse mais universal, definitivamente. Apesar de tão separados a partir de um certo ponto, tinham pontos comuns: ambos eram sumíticos e pouco dados a intimidades.

Sua carreira literária está povoada de ensaios, poucos romances, mas uma produção intelectual copiosa. O que mais o agrada nesse caminho?

O romance, sem dúvida, mas a sobrevivência tem de ser observada, o que justifica os 18 títulos acumulados. Minha produção no campo da novela está encadeada no *Nariz do Morto*, *O Anel* e *O Livro de Antônio*, que são experiências de toda a vida em fases etárias bem marcantes. Que vão completar-se agora com *Degustação*, que escrevo com observações feitas a partir dos anos 50. Ao ver o conjunto da minha obra romanesca, ninguém foi tão preciso quanto José Américo de Almeida: "É a síntese adaptada de tudo o que você viu e viveu em sua experiência sacerdotal e de vida". Recapitulando minha produção, vejo que não há um único ano em que não tenha publicado alguma coisa no campo do ensaio, da tradução, da produção jornalística, do memorialismo. É uma obra grande e, creio, densa.

Isso o torna academiável?

Gilberto Amado, com quem sempre gostei muito de conversar, dizia que para se pretender a Academia Brasileira de Letras "há que haver academiabilidade". Sinto-me academiável, mas essa realidade é bem mais complexa do que parece. Qualquer escritor aposentado, sem sair de casa, consegue facilmente meia dúzia de votos. Mas, para obter 20 votos, temos de visitar, como é de praxe, e não tenho fundos para tanto táxi. Falta-me também um bom *padrinho*, como Antônio Houaiss ou Josué Montello, que podem muito bem guindar qualquer escritor à condição de imortal. E não é nada de mais esse apadrinhamento na história da Academia:

Bandeira teve um Ribeiro Couto; Orígenes Lessa um Pedro Bloch, Otávio de Farias, apesar de ser cunhado de Alceu, contou mesmo foi com Adonias Filho; o próprio Alceu teve a seu favor o poderoso cardeal D. Sebastião Leme, Freqüente a Academia desde 1945, conheço-lhe todas as histórias, tenho muitos amigos lá dentro, mas reconheço que as exigências para a conquista dos votos são hoje meus obstáculos mais intransponíveis. Mas não vou me queixar se ficar de fora. Gente como Murilo Mendes, Cornélio Penna ou Hamilton Nogueira, amigos íntimos de Alceu, não entraram para lá porque não contaram com a ajuda dele. Alceu, por sinal, não gostava de ser cabo eleitoral de quem quer que fosse. Abriu exceção para apoiar D. Marcos Barbosa, mas nada lhe violentou tanto o temperamento. Na hora de saudar o novo acadêmico, dedicou-lhe umas poucas linhas e apresentou à platéia o patrono de cadeira, Junqueira Freire, que ninguém conhecia.

E quanto à Teologia da Libertação?

Há nela um aspecto positivo que o próprio Papa admite, que é a abertura em face dos problemas do mundo e sua realidade, do aqui e agora. Mas corre o risco de transformar-se numa teologia marxistizante, o que é altamente limitador. No fundo, é a mesma linha do *Brasil Urgente*, de um pensamento crítico que remonta à publicação *Esprit*, do grupo de Emanuel Mounier. Ela amadurecerá quando aprender a separar o que tem de verdadeiro das limitações do pensamento marxista. Creio que é esse também o pensamento do Papa.

Falamos quase o tempo todo de sua ligação com a Igreja e de sua opinião sobre ela, seus meios e modos. Você insiste em não ser considerado um pensador católico?

O que não gostaria é de ser rotulado assim porque dá idéia de limitação, que não tenho. Parece coisa de clube fechado, partido único, elitismo sem razão de ser. Murilo Mendes era poeta e católico, mas odiava ser chamado de *poeta católico*.

Prefiro realçar minha dupla vertente de homem ligado à Literatura e também à religião. Minha gama de interesses, afinal, é infinitamente mais variada.

(Transcrito de **Cultura**, suplemento de **O Estado de S. Paulo**, 1/10/1988).

2. ENTREVISTA A ELISABETH ORSINI: "As memórias de um saltimbanco"

A memória é a única possibilidade de fazer fluir o passado. Doce ou amarga, ela remete a imagens intocáveis que vivem dentro de nós. É preciso ternura para cultivá-las e recriá-las nos caminhos da imaginação com suas delicadas sutilezas e infinitas possibilidades. Essas são algumas das idéias do escritor carioca Antonio Carlos Villaça, 67 anos, jornalista, crítico literário, ensaísta e um dos principais representantes do memorialismo brasileiro, caminho que ele sabe trilhar como poucos. Villaça está se preparando para lançar, pela editora Francisco Alves, seu sétimo livro de memórias, "Os saltimbancos de Porciúncula". É mais um trabalho do filão memorialista que começou em 1970, com "O nariz do morto" - história das buscas e perplexidades do autor - e continuou com outros cinco livros: "O anel" (72), "O livro de Antonio" (74), "Monsenhor" (76), "Os seios de Jandira" - em colaboração com André Pestana - (93) e "Degustação" (94).

E como a memória é mesmo uma fonte inesgotável, Villaça já colocou também um ponto final na biografia de José Olympio Pereira, fundador da editora José Olympio - livro que será lançado ainda este ano. No dia 14 de abril, Antonio Carlos Villaça comemora meio século de produção literária lembrando sua estréia, em 1945, com a biografia do Barão do Rio Branco. Ele participará de um almoço de confraternização no Hotel Flórida, no Flamengo. E ali que este homem solitário, que vive acompanhado apenas de suas lembranças, vai novamente exercitar a sua fina ironia. E exercitar também, mais uma vez, a invejável memória: Villaça é capaz de lembrar com precisão de datas, nomes de amigos, vizinhos, citações e até dos pratos que apreciou na mesa alheia. Glutão - não foi à toa que batizou seu penúltimo livro de memórias de "Degustação".

O GLOBO - Onde você consegue material para tantos livros de memórias?

ANTONIO CARLOS VILLAÇA - A vida é um material inesgotável, e eu sou por natureza um memorialista. Eu me reencontro comigo mesmo através dessa recriação da minha própria vida. Mas as minhas memórias são também - e sobretudo - as memórias dos outros.

O GLOBO - Qual é o período em que se passa "Os saltimbancos da Porciúncula"?

VILLAÇA - O livro abrange os últimos 10 anos, mas sem nenhum rigor de cronologia, Sou um memorialista muito livre e voltado para o essencial da minha própria experiência.

O GLOBO - Por que esse título enigmático?

VILLAÇA - Para dizer a verdade, não sei. Esse título me veio de repente. Subitamente, apareceram dentro de mim os saltimbancos da Porciúncula. Depois, eu interpretei: eles seriam os poetas da minha vida, os seres um tanto fora de forma, fora da lei, os inconformados, os independentes, os poetas que eu conheci. E por que Porciúncula? Porque é um pedaço da biografia de São Francisco de Assis. Porciúncula é uma igreja muito pequena em Assis, na Itália, que São Francisco restaurou e à qual ele sempre esteve muito ligado. Para ele, essa igreja era a imagem da pequenez. E esse despojamento está em todos os meus saltimbancos.

O GLOBO - Qual é a história mais curiosa desse livro?

VILLAÇA - Talvez seja o encontro que eu descrevo do poeta E. E. Cummings com Alceu Amoroso Lima, o nosso Tristão de Athayde, um homem que escrevia demais

e portanto gastava muito papel. Um belo dia, quando foi comprar papel numa papelaria de Nova York, ouviu o seguinte da balconista: "Há por aqui um outro senhor que também compra muito papel e é muito simpático. É o poeta Cummings. O senhor sabe que ele gosta muito de rosas?" Alceu respondeu que também adorava rosas, e que todos os domingos comprava uma braçada delas para oferecer à mulher Maria Teresa. Alceu não teve dúvida. Comprou uma quantidade de rosas e foi bater no endereço que a balconista lhe deu.

O GLOBO - E então?

VILLAÇA - Aí Cummings abriu a porta. Tratava-se de uma casa de vila, modestíssima. Alceu contou a Cummings a história e o poeta adorou. Os dois conversaram imensamente, e subitamente Alceu disse a Cummings que a palavra humana mais impressionante para ele era uma frase de São Tomás de Aquino: "A razão é a imperfeição da inteligência". Cummings ficou perturbadíssimo. Achou a frase notável. Pediu licença a Alceu para escrevê-la no seu caderno de anotações e perguntou se ele sabia como era a frase no texto original em latim. "*Defectus quidam intellectus est ratio*", disse Alceu. Cummings então disse a ele que a partir daquele dia iria incorporá-la ao seu patrimônio pessoal. O curioso é que a última frase citada no último artigo de Tristão de Athayde foi essa.

O GLOBO - Quais são os outros personagens famosos que estão nessas histórias?

VILLAÇA - Augusto Frederico Schmidt, Carlos Drummond de Andrade, Aníbal Machado, Manuel Bandeira, Mário Quintana... Uma procissão.

O GLOBO - Que fato envolvendo Drummond você conta?

VILLAÇA - Eu descrevo a visita que eu fiz a Drummond - a única - no seu apartamento da rua Conselheiro Lafaiete, em Copacabana, dois anos antes de sua morte. Foi uma visita muito especial. Maria Julieta, filha do poeta, havia sido eleita para o Pen Club, cuja diretoria foi recebida por Drummond no seu apartamento. Ele estava felicíssimo. Apesar da personalidade tímida e reservada, naquela noite de 18 de setembro de 1975 ele estava alegre e saltitante como um passarinho. E muito bem vestido: camisa azul impecável, calça bege, paletó branco novinho em folha. Estava chiquíssimo. Beijava a mão das senhoras, conversava com um, com outro, e ofereceu um senhor coquetel. Na hora da saída ele desceu e foi nos levar até os automóveis. Já era mais de meia-noite.

O GLOBO - E sobre Manuel Bandeira?

VILLAÇA - O Manuel foi fazer uma conferência no Colégio Santo Inácio, em agosto de 1947. Eu morava na Tijuca e era uma noite de chuva, mas assim mesmo eu fui de capa e guarda-chuva, nos meus quase 19 anos, para ouvir Manuel que falava sobre a sua própria poesia. Esta conferência está no livro dele "De poetas e de poesia". Havia muita gente, apesar da chuva. Drummond, Alceu Amoroso Lima, José Lins do Rêgo, Margarida Lopes de Almeida, João Condé. No meio da conferência Bandeira resolveu acrescentar ao texto escrito um soneto que havia publicado no fim do seu primeiro livro "A cinza das horas", de 1917. Era um soneto chamado "Renúncia", escrito em Teresópolis em 1906, quando o poeta tinha 20 anos. Mas no meio da declamação improvisada a memória do poeta falhou, e eu disse o verso em voz alta: "A vida e vã como a sombra que passa". É claro que Manuel ficou muito feliz e pode assim prosseguir a declamação do soneto. Na saída, Drummond nos perguntou irônico: "Vocês combinaram o negócio?"

O GLOBO - E sobre Política, você fala?

VILLAÇA - Lembro um jantar delicioso na casa de Juscelino, na Avenida Atlântica. Ele estava namorando a literatura e convidou para jantar o seguinte grupo: Pedro Nava, Arthur Bernardes Filho, Geraldo Carneiro, Geraldo de França Lima, o mercador de livros Carlos Ribeiro (dono da livraria São José), Carlos Menezes, e eu. O jantar foi divertidíssimo. Juscelino estava com a corda toda. Rolavam camarões e vinhos. Depois da mesa, ele resolveu cantar, e o jantar se transformou numa seresta.

O GLOBO - Você também escreve sobre a morte de Gilberto Amado.

VILLAÇA - É verdade. Gilberto gostava de sentar-se na sua varanda envidraçada da rua General Glicério, onde costumava dizer: "General coisa nenhuma, general honorário como Rui Barbosa, o nome da rua devia ser Senador Francisco Glicério". Na tarde de 27 de agosto de 1969, ele chamou a empregada: "Dona Lurdes Amado" - era como ele costumava chamar a serviçal - "prepare um chá muito gostoso para mim, pois depois eu vou morrer". Dona Lurdes ficou atarantada: "Não é melhor chamar um médico, embaixador?", "Não senhora, me prepare um chá muito bom". Ela consultou o chofer, o português *seu* Reis, e os dois resolveram que era melhor fazer o chá. Dona Lurdes trouxe o chá, e o embaixador foi tomando devagarinho aquele que seria o seu último chá na varanda. Quando a bebida acabou, ele fechou os olhos, cruzou as mãos sobre o peito num gesto muito habitual. Morreu logo depois. Foi uma morte absolutamente tranquila, consentida. Gilberto costumava dizer que a morte requer muita generosidade. E que só as pessoas generosas podem morrer. Os outros não estão preparados.

O GLOBO - Há algum encontro inesperado nesse livro?

VILLAÇA - Sim. Eu estava no Centro Dom Vital, dirigido por Tristão de Athayde, que ficava na esquina das ruas Araújo Porto Alegre e México. De repente entrou na sala um rapaz alto, magro, com cara de anjo, e me perguntou assim: "Aqui é o

Centro Dom Vital? Eu sou de São Paulo, estou fazendo o Instituto Rio Branco, no Itamaraty, e me sinto muito sozinho quando terminam as aulas. Será que eu poderia frequentar o Centro Vital?" Então eu disse para o rapaz: "Mas claro, o Centro Dom Vital é a sua casa". O ano era 1959. O rapaz tinha 23 anos e se chamava Rubens Ricúpero. Ele ainda não sabia que ia ter um encontro com as parabólicas. Nos tornamos amigos nessa tarde.

O GLOBO - No livro você fala de um encontro noturno entre Getúlio Vargas e Graciliano Ramos?

VILLAÇA - Realmente. Quem me contou essa história foi um grande especialista em Graciliano Ramos, Paulo Mercadante. O Graciliano morava numa pensão na rua Correia Dutra, no Catete, e tinha acabado de sair da cadeia. Uma noite, ele resolveu dar uma volta. Saiu da pensão modestíssima em que morava e foi até o final da praia do Flamengo. Isso em 1937. Graciliano se cansou com a caminhada e resolveu encurtar a volta. Entrou na rua Barão do Flamengo por volta das 10 da noite. Na sua direção veio vindo um senhor baixote de paletó e gravata, mãos para trás, muito composto que, ao passar pelo escritor, disse-lhe muito simplesmente: "Boa-noite". Graciliano não respondeu. Mas reconheceu no baixinho o presidente Getúlio Vargas que estava esparecendo como qualquer burguês depois do jantar.

O GLOBO - Existe alguma grande revelação na arte do memorialismo brasileiro?

VILLAÇA - Existe sim, mas ainda não é uma revelação porque ele está escrevendo as suas memórias mas ainda não as publicou. É o escritor Carlos David. Uma figura estranhíssima que mora sozinho no seu apartamento de Ipanema, entregue exatamente a essa tarefa de escrever as suas memórias, que serão deliciosas. Ele é muito tímido, um gaúcho primo de Érico Veríssimo, gente lá de Cruz Alta, muito desconfiado e grande passador de trotes. É um especialista. Engana até os sabidos.

O GLOBO - Nesses últimos anos como evoluiu a crítica literária brasileira?

VILLAÇA - Bem, a crítica no Brasil foi passando dos jornais, dos suplementos, para as revistas universitárias. A crítica literária de jornal desapareceu quase completamente com a morte dos suplementos. De modo que hoje temos um crítico ou outro, mas são pouquíssimos. Como, por exemplo, o veterano Wilson Martins. Mas vejo um grande nome que está despontando para o exercício da crítica literária. André Seffrin, um jovem de 30 anos sobre o qual escrevi um dos capítulos dos "Saltimbancos", "Seffrin viaja pela crítica".

(Transcrito de *Livros*, suplemento de *O Globo*, domingo 9 de abril de 1995).

ESTUDOS CRÍTICOS

1

A TRISTEZA DE NÃO PODER SER UM SANTO

Carlos Menezes

Vinte anos depois de lançado, volta às nossas livrarias, com o selo da Ediouro, *O nariz do morto*, livro de memórias de Antonio Carlos Villaça, que Otávio de Faria classificava no gênero "memorialismo fantástico". Conta a odisséia de sua vocação religiosa: por duas vezes tentou tornar-se sacerdote, uma entre os beneditinos e outra entre os dominicanos. Ao final, chegou à cruel constatação de que, talvez, "a grande tristeza consistia em não poder ser santo".

Escrito, em mês e meio, como quem "escreva seu próprio testamento", em um pequeno apartamento em Lins e Vasconcelos, *O nariz do morto* é considerado pela crítica um dos pontos mais elevados do memorialismo brasileiro, igualável, apenas a *Minha formação*, de Nabuco. Nele, Villaça rememora os passos da *via crucis* que percorreu na sua dolorosa caminhada em busca da excelência da vida monástica, que, ao final, tanto o decepcionou. Mesmo assim, tornou-se um monge leigo e enveredou pelos amplos caminhos da literatura. Tanto assim que ele diz: "Aqui jaz um amigo dos livros", o epitáfio de Oliveira Lima poderia ser o meu próprio epitáfio. Ou "No man is an island", a palavrinha de John Donne, que Thomas Merton tomou para título de um de seus livros".

No texto de abertura desta edição, diz Wilson Martins: "Se o memorialismo de alta qualidade intelectual, que é, ao mesmo tempo, o depoimento de uma geração e uma criação de estilo, for como parece, a prova definitiva da maturidade literária de um país, cabe-nos felicitar a literatura brasileira por ter produzido um livro como *O nariz do morto*, e a Antonio Carlos Villaça por havê-lo escrito. Nele, a trivialidade biográfica, que é o tecido obrigatório das vidas mais aventurosas e das mais dominantes personalidades, ascende ao plano inconfundível do Destino e da

História; o próprio autor o situa na linha da condição humana, o que é mais do que uma imagem literária". E acrescenta:

"É um livro único, não apenas porque jamais se escreveram em nossas letras memórias pessoais nesse tom, nessa altitude de inquietação espiritual, nessa encruzilhada de angústias, mas ainda, e também, porque ninguém jamais poderá repeti-lo, nem ele próprio (Villaça) no gênero memorialístico ou em qualquer outro".

Carioca de Botafogo, nascido em 1928, Antonio Carlos Rocha Villaça, que há seis anos armou sua cela de monge na sede do Pen Clube, na Praia do Flamengo, com sua memória fotográfica leu todos os doutores da Igreja e os maiores pensadores católicos de todos os tempos. Ele próprio se considera mais leitor do que escritor. Mocinho, tinha verdadeira afobação de ler. Queria ler tudo. Lia às vezes quatro ou cinco livros por dia. Era um frenesi, uma loucura. Viajou muito. Visitou Maritain, em Princeton, e Thomas Merton, na Abadia Trapista de Gethsemani.

Se excetuarmos duas pequenas publicações anteriores a 1970 - "Perfil de um estadista da República" (1945) e "Junqueira Freire" (1962) destacam-se na rica e variada bibliografia de Antonio Carlos Villaça, além deste "O nariz do morto", títulos como "O anel", "O livro de Antonio", "Encontros", "O pensamento católico no Brasil", "Monsenhor", "Temas e voltas", "Místicos, filósofos e poetas", "O senador Cândido Mendes" e "O desafio da liberdade", em que analisa a vida e a obra de Alceu Amoroso Lima.

(Transcrito de *Livros*, suplemento de *O Globo*, segunda-feira, 30 de abril de 1990).

VIAGEM AO REDOR DA BIBLIOTECA

Paulo Amador

O novo livro de Antonio Carlos Villaça - *Degustação*, (José Olimpio, 1994, 120 págs.) - deita-se no esplêndido berço de uma vertente rica e de uma tradição respeitável da Literatura Brasileira. Muito boa tradição, aliás, que teve início com Alencar, em 1893, quando decidiu se justificar tecnicamente, e publicou o *Como e por que sou escritor*. Sete anos depois surgiu o livro extraordinário de Joaquim Nabuco, *Minha formação*. Obra seminal, que dava paternidade ilustre à memorialística nascente, pois trazia para a espécie o equilíbrio, a elegância, a percepção da grandeza; ingredientes todos capazes de justificá-la universalmente. Depois vieram Lima Barreto e seu *Diário íntimo*, Oswald e o macunaímico *Sob as ordens de mamãe*; o Graciliano das *Memórias do cárcere*. E Pedro Nava, que está para o memorialismo assim como Drummond está para a poesia. É nível, no mínimo, de Prêmio Goncourt.

Pois é nesta família de memorialistas que Antônio Carlos Villaça mais uma vez se insere, com o *Degustação*. Mas não se insere apenas por uma questão de gênero literário ou de situação na história: nele, a tradição não se repete, ela se renova. Se Afonso Arinos ou Gilberto Amado deixaram memórias que lembram ao mundo como eles, autores, foram grandes na vida, Villaça tenta exatamente o modelo oposto. Ele declara com sua obra: "vejam como todos são grandes, homens e fatos que conheci". Já na epígrafe do livro, tomada de empréstimo a Rimbaud, ele confessa e propõe: *Par délicatesse, j'ai perdu ma vie*. É um escritor que se recusou a ser qualquer outra coisa na vida, a não ser vassalo do texto, da religião e da Literatura. E que a tal ponto buscou essa quase impossibilidade, que acabou por se

asilar numa biblioteca, onde vive a recusa beneditina da soberba de se mostrar, ainda quando as memórias que narra sejam suas.

Ele prefere ver e mostrar as pessoas. Como viu Portinari, morto, velado por Prestes, no momento em que o Cavaleiro da Esperança, na timidez mais inocente, era descoberto pelo entusiasmo generoso e descontrolado de Paulo Armando, o poeta, que não se conteve e gritou: Luiz Carlos Felizardo Prestes! E Marighela, à beira do túmulo, reivindicando Candinho para o Partido, enquanto católicos e comunistas aguardavam para o pintor morto a absolvição litúrgica por um padre franciscano. Tão Brasil.

Villaça também viu e mostra Alceu de Amoroso Lima, na tristeza de ver que lhe demoliam a Casa Azul, do Cosme Velho, onde passara a infância, e onde um dia recebera o afago de Machado, em passeio pelas pontes que cruzavam o rio Carioca, ainda correndo a céu aberto. A sede do Pen Clube, que é, por coerência, o lugar onde Villaça mora. O Sbadoyle, a casa de Plínio Doyle, onde a literatura assina livro de ponto (as atas famosas, do último e único salão literário do país). Ou Djanira, que amava os cachorros e as cores. Alberto Moravia, manco, em visita ao Mosteiro de São Bento, entre túmulos, e merecendo a admiração de Schmidt. André Pestana, jovem poeta, com quem divide a autoria de *Os seios de Jandira*. Reynaldo Bayrão, com sua poesia hermética, sua angústia de irmão ausente, a ansiedade, de buscas entre a consciência e a vertigem, até o momento em que desiste da vida, em plena terça-feira de Carnaval.

E, pasme-se, pela primeira vez de forma tão explícita, na obra desse noviço que pertence ao século, a revelação vespertina da paixão delicadamente oblíqua por Narcisa Stella, a mulher que veio do mar. E de cujo amor teve medo!

Villaça preferiu sempre isto: por delicadeza, entregou sua vida. Perdeu-a como propriedade. E porque sua vida já não lhe pertence, mas à Beleza da Arte e ao mundo, aos homens e a Deus, numa religião sem excessos, que é fundada na fé, no amor ao próximo, e também na beleza dos ritos, no puro orfismo da liturgia, da música, ele então se empresta. Dá, a tudo em que acredita, sua sensibilidade de artista. Sua intimidade. Numa entrega que é feita não somente à vida mas, de modo

absoluto, final, à única das paixões de que jamais fugiu. A única de cuja posse jamais duvidou: a literatura.

Pois é de natureza estritamente formal e literária a segunda diferença que há entre Villaça e o restante dos memorialistas: a frase. Em lugar dos aparatos que normalmente acompanham a revelação da memória política ou literária, a opção, consciente e artisticamente realizada, por um texto que lembra muito a harmoniosa simplicidade do cantochão. A frase nominal. Clara, De linha monofônica. Espiritualizada. Da utilização virtuosística do aposto histórico, através do qual Villaça encontra sempre um jeito de enfiar uma nova revelação, criando um fluxo de consciência que é transparente e ritmado, racionalmente marcado. O período composto predominantemente por coordenadas assindéticas, certamente para se afastar do estilo bíblico, da narrativa sagrada, que, como se sabe, articula-se com armação conjuncional.

Villaça também raramente recorre à solenidade das subordinações. Seu texto é estruturado por sintagmas virgulados, que se colam numa composição mais ampla, feita de estilhaços de matéria translúcida, colorida. Como se fosse o vitral de uma capela de mosteiro da Idade Média, por onde flui a variedade dos eventos de que participou ou presenciou, no contato com a literatura, o jornalismo, a religião. Finalmente, com o *Degustação*, Villaça acaba por se distinguir de si próprio, de seus livros anteriores, *O anel*, *O nariz do morto*. *O livro de Antônio e Monsenhor*. É que o livro de agora é obra de um homem de 60 anos. Já não é mais o livro da pura inquietação espiritual, da perplexidade, da angústia do homem moço. Antes, é o livro da serenidade, da pura celebração da vida. E o que neste livro se mantém, como invariante na obra de Villaça, é apenas a marca do verdadeiro memorialista. Que sabe como filósofo que é, abstrair-se platonicamente das aparentes trivialidades biográficas, para captar, nos estilhaços do tempo aparente, do espaço aparente, a verdadeira essência da vida. Que está nas pessoas.

Villaça, atinge, então, com este *Degustação*, o plano da mais pura autognose, a realização da arte e a fixação da história.

(Transcrito de *Idéias/Livros*, Suplemento do *Jornal do Brasil*, sábado, 29/10/1994).

O PENSAMENTO CATÓLICO NO BRASIL

Ubiratan Macedo

O jornalista A. C. Villaça acaba de publicar um sugestivo livro: *O Pensamento Católico no Brasil* (1). Precedido pela sua *Historia da Questão Religiosa no Brasil* (2) publicado há pouco, o presente livro completa o esboço de um vasto panorama do catolicismo brasileiro como movimento de idéias. Revela, outrossim, um verdadeiro estilo de mestre.

A importância destes dois trabalhos, sobretudo do mais recente, não pode sofrer dúvidas, tal a amplitude da informação e a força empática do seu autor que viveu grande parte das idéias, fatos e pessoas que comparecem na narração.

A importância ressaltada aumenta pela quase ausência de abordagem do tema, entre nós. Por paradoxal que soe isto, o maior país católico do mundo ignora quase tudo sobre os diversos movimentos de idéias ligadas à sua religião majoritária.

Só o trabalho pioneiro de João Camilo de Oliveira Torres: *História das Idéias Religiosas no Brasil* (Grijalbo, São Paulo, 1968) tratou do pensamento católico em toda sua amplitude. O ângulo filosófico encontrou nos trabalhos de Leonel Franca (1928) e de Fernando Arruda Campos: *Tomismo e Neo-tomismo no Brasil* (Grijalbo, São Paulo, 1968) abordagem com alguma suficiência. Mas, as idéias políticas e sociais bem como as posições teológicas do catolicismo no Brasil, só em João Camilo vão encontrar seu primeiro e sob muitos aspectos último e não superado historiador.

Infelizmente, a situação de "participante" trouxe significativas limitações à reconstrução da evolução da cultura católica no Brasil, tentada no livro de Villaça. Antes de apontá-las, vejamos as contribuições positivas trazidas por seu livro à compreensão da história das idéias no Brasil.

Como católico, Villaça está na privilegiada condição de analisar internamente as dramáticas opções do pensamento católico em nosso país.

Nessa perspectiva, alguns vultos sempre incompreendidos encontram sua verdade historiográfica. O capítulo dedicado à Júlio Maria, por exemplo, revaloriza e explica a atuação do grande redentorista como o homem da transição entre o Império e a República. É um estudo exemplar. Também exemplar é sua análise de Jackson de Figueiredo, sobre o qual tanto se escreveu, mas com pouca compreensão do significado de sua obra e do seu pensamento. Jackson de Figueiredo foi sem contestação o líder do laicato nacional e o homem que descobriu o valor teórico do catolicismo na problemática brasileira do seu tempo. Em consequência, trouxe de volta as verdades cristãs para o seio da "intelligentzia" brasileira, de onde o liberalismo do Império as desterraram. Jackson, contudo, deixou uma obra que é um iceberg, pois revela muito pouco da sua carismática personalidade. Se analisarmos só seus escritos, Jackson aparece como mostrou Francisco Iglésias num estudo de 1962, hoje integrado no volume *História e Ideologia*, um vulgar reacionário, discípulo de Maurras e Joseph de Maistre. Mas o homem era "algo mais", como reconhecem todos os discípulos. Coube, no entanto, a Villaça mostrar as profundidades da alma apostólica que animava a vida do pensador sergipano. Se atentarmos para o fato de que morreu aos 37 anos, sua obra ressent-se, como é óbvio, do caráter excessivo que possuem as obras de juventude, im procedendo a visão de um Jackson fascista, tão cara por exemplo ao finado L. W. Vita.

Tristão de Ataíde recebe da pena do Villaça uma análise que nos faz compreender o porquê de sua longa permanência como líder do pensamento católico nos anos trinta, quarenta e cinquenta. Páginas excelentes são igualmente dedicadas a Leonel Franca e a M. T. L. Penido.

Há, porém, na obra que comentamos, lacunas que não podem deixar de ser apontadas. O livro sobre o pensamento católico no Brasil, no seu conjunto, é muito desigual. Constando de vinte pequenos capítulos, onde muitos temas e pessoas se sucedem, não é propriamente um livro; é antes uma sucessão de ironias mais ou menos felizes e não um livro de história. Senão vejamos.

O período colonial é despachado às pressas em menos de dez páginas e o século XIX não tem melhor sorte. A visão do século XIX é comandada pelo livro de Leonel Franca (*Noções de História da Filosofia - Apêndice*) que é pouco informado e infeliz no que diz respeito a estes momentos iniciais do pensamento filosófico católico no Brasil.

Villaça ignora, na esteira de Franca, a existência do krausismo, que no Brasil foi um movimento católico, como também os ecléticos católicos à moda romântica, mas nem por isso menos católicos, tal como Chateaubriand. Sua análise do liberalismo, que marcaria tão fundo a Igreja no Império, é insuficiente e preconceituosa.

O papel de Soriano de Souza e de seus irmãos, Braz Florentino e Tarquínio Bráulio, é escassamente valorizado. É claro que Villaça não refletiu sobre as obras religiosas de Soriano, em especial: *A Religião do Estado e a Liberdade dos Cultos* (1867), a *Miscelânea sobre Política Sacra* (1866), os *Princípios Sociais e Políticos de S. Tomás* (1886), os *Princípios Sociais de S. Agostinho* (1866), o *Liberalismo nas Constituições e a Reforma Eleitoral* (1873) e as *Considerações sobre a Igreja e o Estado* (1874). Nem tampouco meditou sobre a obra jornalística e política de Soriano e de seus irmãos, que possibilitaram a rebeldia de Dom Vital face ao regalismo dominante. Do valor de Soriano testemunham as comendas e títulos pontifícios recebidos e o testemunho de Dom Vital, mas não o de Villaça. Nem sequer meditou sobre o fato de que a oposição a Soriano, não era como a de um Leonídio Rezende face a Alceu Amoroso Lima, mas a de Tobias Barreto.

Fazer frente a Tobias foi demasiado para Soriano; todo seu mérito, e o tinha muito, esfumou-se ante a genial irreverência do mulato que foi a mais aguda inteligência e a não menos vitriólica pena do segundo império. Do embate dos dois surge a lenda da mediocridade e do caráter de segunda mão dos escritos do filósofo tomista imperial. Lenda aceita por Leonel Franca que a respaldou com sua autoridade de partidário da mesma escola filosófica de Soriano. Mas infundada pois, Leonel Franca só leu os dois manuais de filosofia de Soriano, o *Compêndio* de 1867 e as *Lições* de 1871 e talvez sua *Filosofia do Direito* de 1880. Não leu

suas obras originais sobre temas religiosos nem sequer seu livro de direito constitucional, elogiado por Ruy Barbosa. Ora quem é que ao escrever um compêndio de filosofia aos 34 anos não compila? Deve-se recordar que o gênero didático, por sua natureza, não comporta originalidades. A ação religiosa de Soriano frente à tremenda ofensiva do cientificismo decimonônico e, inclusive, seu livro-proposta para a criação de um partido católico no Brasil não são mencionados. Ora, era da inteligência e sensibilidade de Villaça que se esperaria tal esforço, pois quem tão bem compreendeu Tristão de Ataíde bem podia compreender quem, como Soriano, exerceu no Império uma ação e uma influência católica incontestáveis.

Melhor sorte não reservou Villaça aos irmãos de Soriano. Braz Florentino, tradutor de S. Tomás em 1854 e defensor do casamento religioso, merecia uma análise mais profunda que as linhas apressadas sobre seu trabalho *Do Poder Moderador*, onde a análise confunde-se com reminiscência de leituras de João Camilo.

O Visconde Sabóia de Figueiredo, vulto exponencial do catolicismo do fim do século é rotulado, na esteira de Leonel Franca, como escolástico quando era eclético.

Gonçalves Magalhães, talvez o máximo pensador do período e católico, não é sequer mencionado, por força da estreita ótica que o leva a medir a catolicidade pela adesão ao Syllabus. Toda a parte do livro de Villaça sobre o império é insuficiente.

O forte do livro, embora não isento de falhas, é o século XX. A falha aqui é a ótica carioca, a tal ponto que sua obra poderia intitular-se: "O Pensamento Católico na cidade do Rio de Janeiro". Todos os homens, movimentos e revistas cariocas são bem analisados. Mas a vida da cultura católica de São Paulo, Recife, Porto Alegre e mesmo Belo Horizonte, apesar da maior conexão desta última cidade com o Rio, das poucas páginas que lhe são dedicadas, não obtém justiça intelectual às mãos do Villaça estilista da palavra.

A revista *Ordem* (1926-1964) recebe desmesurada atenção, pois enquanto a revista *Vozes*, que vem do começo do século sem interrupção, não lhe merece a menor referência. A anêmica revista *Permanência* do Rio é citada, mas a *Hora Presente* de São Paulo, da mesma linha ideológica, dentro do catolicismo e de muito maior porte e importância além de regularmente periódica e com uma influência sem par com a primeira, não é sequer citada. A revista *Convivim* e seu grupo que embora não sendo confessional abriga numerosos católicos, prima pela ausência. Entretanto, João Camilo julgara necessário dedicar várias e inteligentes páginas para analisar as posições de *Convivim* embora delas não participando, por reconhecer a inegável importância do grupo e da revista na cultura brasileira.

A T.F.P. e seu mensário *O Catolicismo* já tão antigo, cuja inegável presença política é hoje artigo de exportação para o orbe católico, não recebe uma análise satisfatória. Conviria lembrar que a T.F.P. congrega um número de católicos com o qual o Centro Dom Vital jamais sonhou em sua longa vida. Mesmo que se discorde da T.F.P. como é também nossa posição, é preciso estudá-la sobretudo nos divulgadíssimos estudos de Plínio Correia de Oliveira (várias traduções). Nesse ponto João Camilo tinha procedido com uma imparcialidade digna de encômios e foi a fonte do pouco que Villaça escreveu sobre o tema.

A obra de José Pedro Galvão de Souza, talvez o mais sério e fecundo pensador político brasileiro ao lado de João Camilo, é simplesmente ignorado. A obra religiosa de Plínio Salgado, que arrebatou multidões e como tal exigia pelo menos uma explicação para tal fato, também é relegada ao limbo. A obra de Gustavo Corção é analisada mas revelando uma atitude passional contrária, o que impediu uma valorização adequada e objetiva de suas últimas obras como *Dois Amores e Duas Cidades* e *O Século do Nada*.

A aventura do PDC e de seus ideólogos no Brasil é olvidada. Paulo de Tarso e tantos outros, ignorados. O periódico *Brasil Urgente* (BU) e a obra de Frei Carlos Josaphat ficam sem análise. A *Ação Popular* (AP), o M.E.B. e toda a jovem esquerda católica terá que se contentar com a análise hostil de Ulisse Floridi, SJ (*O Radicalismo Católico Brasileiro*, trad. Horta Presente, São Paulo, 1973).

Villaça é o analista, diria antes, o autopsiador do catolicismo maritaneano no Brasil. O máximo de abertura que conseguiu foi chegar ao sibilino e hermético Cândido Mendes. Por motivos, que não alcanço, é elogiado, embora sem maior aprofundamento; talvez porque Villaça, como os mortais comuns, não alcançasse a abissal complexidade do estilo de C. Mendes. Outro estilo, apenas um pouco menos desanimador, é o de Lima Vaz, que merece sua entusiástica análise; aprovamos o entusiasmo, mas a análise de Antonio Paim na *História das Idéias Filosóficas no Brasil* pareceu-nos mais pertinente.

Nada justifica a omissão da obra de Adolpho Crippa sobretudo depois de seus dois grandes livros: *Humanismo e Desenvolvimento*, tão elogiado por Franco Montoro e laureado com o Prêmio Governador do Estado de São Paulo; e o recente, *A Sacralidade da Cultura*, que orienta a cultura católica do Brasil para novos caminhos. Aliás Franco Montoro é outro ausente da obra de Villaça, bem como Lúcio José dos Santos, Heraldó Barbuy e tantos outros.

Faltam a Villaça categorias mentais para compreender o jovem catolicismo brasileiro fora do tomismo maritaneano e de um determinado existencialismo francês. Não consegue entender o orteguismo católico e nem o espiritualismo cristão do finado M. F. Sciacca. Talvez por isso não tenha estudado a sugestiva e intrigante obra de Paulo Freire ou a de Ernani Maria Fiori, com sua *Abstração Metafísica e Experiência Transcendental* além de *Propriedade Viva e Morta*; ou se tenha abalanzado a analisar a obra teológica de Bruno Puntel SJ e a de Carlos Cirne Lima, quando jesuíta, ambas sob o signo do pensamento alemão e bem mais importantes do que a de Lima Vaz.

A obra de Villaça vem somar-se à de João Camilo de Oliveira Torres, sem substituí-la. Ficamos a esperar da argúcia do autor carioca esforço de ajustar seu trabalho ao título, numa segunda edição.

O caráter participante que vicia a história do *Pensamento Católico no Brasil* faz seus estragos na crônica, a *História da Questão Religiosa* de Villaça. Para defender Dom Vital, o autor acaba por tornar sua reportagem da questão, incompreensível para si mesmo. Aliás o diz in verbis: "Os Liberais curiosamente

julgam defender a liberdade em face ao ultramontanismo" (pág. 53). Bastaria a Villaça ler os capítulos com os quais Roque Spencer Maciel de Barros contribuiu para o volume sexto da *História Geral da Civilização* de Buarque de Hollanda, sobre o tema para compreender o ponto de vista liberal, que não era de modo algum abstruso. Pois quem, como eles, era obrigado pela legislação imperial a casar-se perante uma religião que não era a sua, morrer sob ritos alheios para poder ser enterrado ou não ter de todo sepultura regular, jurar defender uma religião estranha como condição para cursar uma escola superior ou ascender a uma cadeira de deputado, não poderia deixar de pensar que estava com sua liberdade lesada. Mormente se a religião dessa pessoa for, como mostrou Croce, a religião da liberdade. Depois da *Pacem in Terris*, um católico deveria mostrar-se um pouco aberto na compreensão do liberalismo, a menos que pretenda continuar defendendo soluções autoritárias no plano político para não dizer fascistas, o que não é o caso de A. C. Villaça.

Esperamos ainda uma história imparcial nos dois sentidos do termo, isto é, completa e objetiva, da cultura católica no Brasil. Isto, porém, repetamos, ainda uma vez, não tira o interesse e mérito desta tentativa que comentamos.

NOTAS

(1) *O Pensamento Católico no Brasil* (Panorama Cultural Brasileiro), Zahar Editores, Rio, 1975, 205 págs.

(2) *História da Questão Religiosa no Brasil* - Livraria Francisco Alves, Rio, 1974, 117 págs.

(Transcrito de *Convivim*. Investigação e Cultura, Ano XIV, nº 4, 1995).

O PENSAMENTO CATÓLICO NA VISÃO DE VILLAÇA

Antonio Paim

Constitui fenômeno dos mais auspiciosos, do ciclo recente dos estudos de que ora nos ocupamos, a revisão do pensamento católico. Esse tema, ao que tudo indica, deve ocupar lugar de destaque no futuro.

A revisão de que se trata foi iniciada por Antonio Carlos Villaça no livro *O pensamento católico no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 1975). Ensejou-a a circunstância de que insere essa meditação no contexto histórico-cultural do país, o que, na matéria, corresponde à colocação inteiramente nova. Basta ter presente o estilo popularizado pelo pe. Leonel Franca, que o tomava como uma projeção da Cúria Romana, alheia à realidade circundante, onde quase tudo lhe parecia extremamente negativo, inclusive a obra dos espiritualistas. Villaça, ao contrário, coloca em primeiro plano a cultura brasileira e cuida de apreender a maneira segundo a qual diante dela se situou o fenômeno estudado. Essa perspectiva tem conseqüências significativas.

No ciclo posterior à expulsão dos jesuítas, que culmina com o período denominado de *restauração da espiritualidade*, Villaça desta estes períodos: “1) o de *indefinição da espiritualidade*, que corresponde ao romantismo, tem no franciscano Monte Alverne a sua figura representativa e é o período de influência de Victor Cousin e Malebranche, que Monte Alverne opunha ao sensualismo de Condillac; e, 2) o de *dissolução da espiritualidade*, com duas expressões típicas, Nabuco e Silvio Romero, isto é a influência do cepticismo renaniano e a influência do evolucionismo”. O livro é estruturado em torno ao ciclo de restauração da espiritualidade, cuja caracterização exigiu do autor a formulação de hipóteses renovadoras.

Escreve Villaça: “Se quiséssemos escolher uma data e uma figura escolheríamos a figura de D. Vital e a data de 1873, isto é, a Questão Religiosa. É a primeira afirmação antipombalina, católica, da história espiritual do Brasil. Nunca antes o catolicismo reivindicara um lugar ao sol, uma situação definida na paisagem brasileira. Nesse sentido, D. Vital é o anti-Monte Alverne, é o primeiro esforço para uma volta àquela unidade ideológica anterior à ruptura pombalina. D. Vital encarna a negação do ecletismo, do espírito de indefinição”. D. Vital, contudo, não foi um pensador, mas um bispo, voltando suas preocupações no sentido da ação pastoral e não na direção do pensamento.

Villaça proclama a complexidade desse ciclo de restauração da espiritualidade, mas não recua ante o imperativo de tomar posição e estabelece uma diretriz, calcada em alguns momentos. O primeiro deles reside na Pastoral de 1916, de D. Sebastião Leme, na época Arcebispo de Olinda, mais tarde Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro. A peculiaridade da intervenção de D. Leme reside no fato de que, ao mesmo tempo em que denuncia o catolicismo brasileiro - católicos de nome, católicos por tradição, católicos só de sentimento, maioria inerte e ineficiente -, faz um apelo direto ao pensamento, à cultura e à inteligência. Deseja que a renovação se faça em bases doutrinárias e reivindica o papel dos procedimentos pedagógicos: nos sermões e nas escolas, chegando inclusive a sugerir o tema da Universidade Católica. Os intelectuais são instados a ocupar o seu lugar na busca da autenticidade.

O segundo momento, na verdade, corresponde à plena configuração do primeiro, desde que consiste no corolário da pregação de D. Sebastião Leme, expresso no Centro Dom Vital (criado em 1922 por Jackson de Figueiredo), mas, sobretudo, após a morte de Jackson e a ascensão de Alceu Amoroso Lima à sua liderança (novembro, 1928).

Começa a fase cultural do movimento católico no Brasil. Entende Villaça que o Cardeal Leme, falecido em 1942, foi o grande animador da obra de Amoroso Lima. “A ação de Jackson foi política. A ação de Alceu foi cultural, e apenas acidentalmente política. A epígrafe de Ernest Hello, que ele colocara em *A Ordem* no limiar de 1929, significava um rumo novo, uma opção profunda. O movimento católico tornou-se um movimento de cultura, ou quis tornar-se. Em 1932, fundou-se o Instituto Católico de Estudos Superiores aqui no Rio, germe da Universidade Católica que se criaria em 1941. Alceu foi um dos fundadores de ambos. Nesse Instituto Católico houve o primeiro núcleo de uma vida universitária católica no Brasil (p. 15)”. É de todos conhecida a imensa projeção cultural que o catolicismo brasileiro chegou a adquirir no ciclo subsequente.

As circunstâncias presentes são avaliadas deste modo: “Tudo isso pertence ao passado. Não vejo, nesta hora, nenhum movimento católico que esteja à altura da circunstância histórica”.

O livro de Villaça ensejou animado debate entre estudiosos do pensamento católico, sendo de destacar a apreciação de Ubiratan Macedo na revista *Convivium* (vol. 18, n° 4, 1975). Assinala que são verdadeiramente exemplares as análises de diversos vultos (Julio Maria, Jackson de Figueiredo, Tristão de Ataíde, Leonel Franca, Penido etc.). Contudo, enxerga na obra diversas lacunas.

O aprofundamento subsequente permitiu a fixação de alguns balizamentos. Antonio Carlos Villaça soube desdobrar de modo coerente a perspectiva nova que escolheu, ao

optar por um dos pontos de vista existentes. Assim, o seu paradigma da restauração católica é o momento D. Sebastião Leme - Alceu Amoroso Lima, que poderia ser definido como uma reivindicação da espiritualidade católica que privilegia a dimensão cultural. Semelhante colocação permite compreender a razão pela qual se escolheu a Jacques Maritain, mas não explica o surto tomista em sua totalidade.

A presença inquestionável da dimensão cultural, que Villaça deseja destacar, valoriza o maritainismo pela circunstância de haver criado, no sistema tomista, um lugar para a ciência moderna. Graças a isto, os engenheiros e cientistas, como Weimar Penna, não tiveram que renunciar às suas convicções científicas no momento de optar pela dedicação exclusiva à crença católica, tornando-se monges. Entretanto, a presença do grupo de engenheiros e cientistas não foi suficiente para estimular a meditação em torno desse aspecto, isto é, não assumiu expressão nítida como filosofia da ciência. Deu-se preferência à busca de uma expressão cultural mais voltada para a literatura, as artes, a Universidade, etc.

É mais importante destacar que o surto tomista não se esgota como movimento cultural. Sua motivação é eminentemente política. Por isto, talvez, a hipótese suscitada pelos estudos dedicados ao tradicionalismo, nos pareça mais fecunda. (1)

Além dos aspectos considerados, o livro de Villaça situou o que denominei de *questão teórica da filosofia católica*, no tópico assim intitulado na 5ª edição da *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (Capítulo III). Trata-se, em suma, de saber se há de fato - e até mesmo se pode haver - uma filosofia católica elaborada ou se consiste numa simples perspectiva. O tema não se esgotou e preserva um lugar na meditação contemporânea, conforme o evidenciaremos ao caracterizá-la.

No período considerado apareceram outros estudos importantes relacionados a pensadores católicos isolados, que igualmente contribuem no sentido de alcançar a visão global suscitada por Villaça.

NOTA

- (1) Os principais estudos dedicados ao tradicionalismo podem ser acessados nesta página, no ícone ESTUDOS DESTACADOS.

(Transcrito de *Os intérpretes da filosofia brasileira*. Volume I dos Estudos Complementares à *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (Londrina, Editora UEL, 1999, págs. 130/133).

